

# Diferenças no Tipo de Coalização e Regras Partidárias Levaram os Países Latino- Americanos a Apresentar Diferenças nos Resultados Fiscais?

---

***PAULO ROBERTO ARVATE***  
***FGV-EESP***

**Seminário nº 04/2005 – 07/04/2005**  
**São Paulo**  
**2005**

## Diferenças no tipo de coalizão e regras partidárias levaram os países latino-americanos a apresentar diferenças nos resultados fiscais?

Fabio Franklin Storino dos Santos

FGV/EAESP

E-mail: [fstorino@gmail.br](mailto:fstorino@gmail.br)

Henrique Guilherme Carlos Heidtmann Neto

FGV/EAESP

E-mail: [henriquehn@gmail.br](mailto:henriquehn@gmail.br)

Paulo Roberto Arvate

FGV/EAESP and EESP

E-mail: [parvate@fgvsp.br](mailto:parvate@fgvsp.br)

Address: Av. Nove de Julho, 2029

São Paulo – SP – Brazil

Zip Code: 01313-902

Phone: 55-11-3281-7765

Fax: 55-11-3284-1789

### Resumo

Segundo os cientistas políticos, os países latino-americanos apresentam sensíveis diferenças em relação aos países da OECD no papel da coalizão e instituições de política. Recentemente Ricciuti (2004) apresentou o efeito de três dimensões de fragmentação do poder sobre o resultado fiscal dos países da OECD. Duas dessas dimensões nos ajudam a capturar as diferenças apontadas por esses pesquisadores. Os resultados mostram que se essas diferenças existem, elas produzem muito pouca diferença no resultado fiscal dos países latino-americanos se comparado aos países da OECD.

### JEL Classification:

## 1. Introdução

Considerando as excessivas críticas que se observaram na literatura em relação à utilização de um governo benevolente, um número muito grande de estudos tem destacado a influência de variáveis políticas na determinação dos resultados fiscais.<sup>1</sup>

Quando se observa a literatura de ciência política de países latino-americanos sobre o processo de decisão dos governos, percebe-se que, na predominância de sistemas presidencialistas<sup>2</sup>, a coalizão de poder que toma as decisões é renegociada constantemente – os partidos entram e saem da coalizão que sustenta o governo –, tornando-as instáveis. A cada decisão o governo precisa renegociar a sua base de apoio para aprovar seus projetos.<sup>3</sup> Este processo de decisão ficou conhecido como “coalizão presidencialista”.<sup>4</sup> Num sentido mais institucional (instituições políticas), percebe-se também nesta literatura que os partidos seriam fracos devido às regras partidárias existentes, valendo muito mais o voto de cada deputado do que a doutrina partidária.<sup>5</sup>

Recentemente Ricciuti (2004) apresentou um trabalho mostrando a importância de três dimensões da fragmentação do poder (da coalizão, entre instituições e no tempo) na determinação do resultado fiscal de dezenove países da OCDE entre 1975 e 1995.

A medida de duas dessas dimensões (da coalizão e entre instituições) podem nos ajudar a captar o quanto a fragmentação política (magnitude e regras institucionais que a gerem) dos países latino-americanos descrita na literatura pode nos levar a resultados diferentes daqueles encontrados nos países da OCDE. Este será o objetivo desse trabalho.

---

<sup>1</sup> Veja Roubini e Sachs (1989), Edin e Ohlsson (1991), de Hann e Sturm (1994), Volkerink e de Haan (2001) e Ashworth e Heyndels (2002).

<sup>2</sup> Veja tabela A.1 do apêndice 1.

<sup>3</sup> Figueiredo e Limongi (1999).

<sup>4</sup> Abranches (1998).

<sup>5</sup> Liphart (1992), Shugart (1997) e Mainwaring e Shugart (1997).

Para desenvolvê-lo, dividir-se-á este trabalho em cinco seções, incluída esta introdução. Na segunda seção apresentar-se-á o que a literatura espera do efeito da fragmentação do poder sobre o resultado fiscal. Na terceira seção apresentar-se-ão as diferenças existentes nos países latino-americanos em termos do processo de decisão. Na quarta seção, apresentar-se-á a especificação do modelo a ser utilizado nos testes bem como a parte empírica para, na última parte, destacar os principais resultados.

## **2. O papel da fragmentação do poder sobre os resultados fiscais: uma revisão da literatura**

Roubini e Sachs (1999) foram os primeiros a destacar o papel da coalizão e o conflito de interesses entre seus membros em termos de resultado fiscais. Eles utilizaram o dilema do prisioneiro para mostrar que, apesar de todos desejarem como estratégia cortes ao invés de continuar com grandes déficits, este nunca seria cortado, prevalecendo uma solução não-cooperativa. O motivo residia no fato de que os membros da coalizão, individualmente, no momento do corte, tentariam preservar os gastos que lhe eram convenientes dentro da sua própria área de atuação. Todos agindo dessa forma, o equilíbrio final nunca seriam déficits menores. Só haveria déficits menores numa solução cooperativa.<sup>6</sup>

Um segundo passo no entendimento do poder da fragmentação sobre resultados fiscais foi dado por Perotti e Kontopoulos (2002). Eles começaram por tentar compreender como se dava o processo de decisão dentro das coalizões. Segundo descrição adotada da ciência política por eles, os membros da coalizão seguem a estratégia de ninguém vetar ninguém para não ser vetado (*logrolling*). Associando o interesse de cada partido da coalizão a um gasto, cada membro, tendo um

---

<sup>6</sup> Existem críticas ao índice utilizado por esses autores para medir a fragmentação. Edin and Ohlsson (1991) argumentam que a *dummy* multidimensional utilizada por eles impõe sérias restrições aos resultados porque em um dos casos o impacto sobre o déficit de um governo de minoria foi três vezes maior do que o impacto de um governo de dois partidos.

benefício marginal do seu gasto maior do que o seu custo tributário, toma a decisão de gastar. Os impostos, que representam a conta a ser paga, seriam distribuídos a toda a sociedade, enquanto que o gasto seria quase que integralmente apropriado pelo membro da coalizão que tomou a decisão de realizá-lo. Este processo resultaria em maiores gastos e governos, quanto mais fragmentada fosse a coalizão.<sup>7</sup>

Volkerink e de Haan (2001) incluíram duas novas possibilidades nos efeitos da fragmentação sobre os resultados fiscais: a ponderação do partido da coalizão pela sua face ideológica e a posição do governo vis-à-vis o parlamento. Como resultado de seus testes de robustez, apenas até os anos setenta, governos de esquerda foram menos responsáveis em termos fiscais do que governos de direita.<sup>8</sup>

Recentemente Ricciuti (2004) introduziu três novas dimensões à fragmentação do poder: o papel do tamanho e controle da coalizão (nessas medidas se expõe o confronto dentro da coalizão), o papel da relação entre as instituições (*checks and balances* entre elas) e o efeito da fragmentação ao longo do tempo (para fugir das duas medidas de fragmentação em termos estáticos).

Entre as diferentes alternativas de estimativas realizadas por Ricciuti (2004) para captar o papel do tamanho e controle da coalizão sobre os resultados fiscais, percebe-se que o número de ministros gastadores teve uma maior influência sobre os resultados fiscais.<sup>9</sup> À medida que se aumenta o número de ministros gastadores (excluindo-se o Primeiro Ministro e o ministro das Finanças dessa conta), o governo fica com mais dificuldades de estabelecer uma coordenação para controlar gastos. Assim, abre-se espaço para mais déficits.

---

<sup>7</sup> Perotti e Kontopoulos (2002) controlaram em vários testes o resultado da fragmentação sobre o tamanho do governo (gastos). Inclui-se com variáveis institucionais que representavam o processo orçamentário. Apesar de se ter uma maior participação de partidos na coalizão, o objetivo desse controle passa pela idéia de que governos não crescem de uma forma perpetua.

<sup>8</sup> Esse resultado da ideologia também foi alcançado por Perotti e Kontopoulos (2002). Perotti e Kontopoulos (2002) não incluíram a ideologia na fragmentação como base de ponderação. Testaram-na como uma variável isolada.

<sup>9</sup> Volkerink and de Haan (2001) também mostraram que a força do número de ministros é mais robusta do que o número de partidos efetivos na coalizão.

Outras variáveis representativas da coalizão foram significativas, mas não com a mesma constância, como é o caso da fragmentação do governo e da oposição. Ambas foram significativas apenas uma vez nas estimativas em que apareceram. O resultado mostrou aquilo que se esperava intuitivamente: governos mais divididos gastaram mais porque existiram mais interesses individuais. A oposição mais dividida levou a piores resultados fiscais porque a sua divisão propiciou mais gastos ao governo: é mais fácil fazer uma barganha com a coalizão de governo quando existem mais interesses divergentes na oposição.

Tentando mostrar os efeitos de uma dominância no Legislativo, observou-se que o controle de um partido de oposição na Câmara e no Senado, que intuitivamente levaria a uma redução no déficit, quando testados conjuntamente, apresentaram resultados distintos: o controle da Câmara por um partido de oposição levou a um aumento no superávit e o controle do Senado por um partido de oposição levou a uma redução desse mesmo superávit.

Por um outro lado, quando o partido do chefe do Executivo teve a maioria absoluta nas duas casas (a proporção na margem que o partido do governo tem sobre o número de cadeiras existentes), aumentou-se o superávit. Este resultado não era intuitivo porque o controle das duas casas por parte do partido do Executivo deveria levar a uma redução do superávit. Seria mais fácil para o Executivo realizar seus objetivos em termos de gasto com seu controle.

Relatando os resultados da segunda dimensão proposta por Ricciuti (2004), os efeitos do sistema de votação sobre os resultados fiscais, ao invés de trabalharem com duas *dummies* para classificar os países como tendo ou não um sistema de votação majoritário e outra para classificar os países como tendo ou não um sistema de votação proporcional, Ricciuti (2004) substituiu essas *dummies* pelo número médio de representantes eleitos para a Câmara e para o Senado em um distrito. Com isto, ele capturou ambos os sistemas no Congresso: nestas variáveis ele encontra tanto o sistema majoritário (esta variável é igual a 1 porque somente o candidato que recebe o voto da

maioria é eleito) quanto o sistema proporcional (este número varia de acordo com a composição expressa no sistema existente).

Essas foram as variáveis institucionais que melhor explicaram o comportamento dos gastos e superávits independente do controle que se fez sobre elas. Entre elas encontramos: sistema de governo existente (parlamentarista ou presidencialista),<sup>10</sup> regras sobre o número mínimo de votação para se possuir um representante no Congresso,<sup>11</sup> escolhas dos candidatos dos partidos com listas abertas ou fechadas,<sup>12</sup> ou a existência de um distrito eleitoral territorialmente definido.<sup>13</sup>

Os resultados entre Câmara e Senado sempre apresentaram sinais contrários: o número médio de representantes eleitos para a Câmara sempre apareceu com valor positivo para gastos e negativo para superávits (redução), e o número médio de representantes eleitos para o Senado sempre apareceu com valor negativo para gasto e positivo para superávit fiscal (aumento). O sinal deveria ser positivo para gasto e negativo para superávit fiscal porque, se o sistema de votação montado resulta em um número médio de eleitos maior, maiores deveriam ser os gastos e menores os superávits.<sup>14</sup>

Em relação aos efeitos da fragmentação ao longo do tempo, duas variáveis foram fundamentais: a possibilidade do chefe do Executivo ser reeleito (reduziu o gasto e aumentou o superávit) controlado por eleições no Executivo (aumentou o gasto e reduziu o superávit) e as eleições no Legislativo (aumentou o gasto e reduziu o superávit).

---

<sup>10</sup> O sistema presidencialista reduz os gastos e aumenta o superávit.

<sup>11</sup> Regras mínimas levaram a menos gastos e um menor superávit.

<sup>12</sup> Listas fechadas levaram a menores gastos e maiores superávits.

<sup>13</sup> Menores gastos e superávits foram obtidos num distrito eleitoral territorialmente definido. Esperava-se apenas o resultado do superávit.

<sup>14</sup> Apenas em uma das quatro estimativas o número médio de representantes eleitos para o Senado determinou uma redução do superávit (sinal negativo). Exatamente se controla o resultado pela existência de regra mínima de votação para eleger alguém para o Congresso.

### **3. O poder da fragmentação da coalizão e entre as instituições em países latino-americanos sobre resultados fiscais: o que se pode esperar**

A literatura corrente da ciência política vem dedicando um esforço de análise e de comparação entre os diferentes regimes de governo. Retomar-se-á adiante alguns dos argumentos encontrados nesta literatura que lançam dúvidas sobre a governabilidade dentro do sistema existente nos países latino-americanos, e mostraremos, em seguida, a “saída” adotada por esses países, o chamado “presidencialismo de coalizão”.<sup>15</sup>

Diferentemente dos sistemas parlamentaristas, em que a coalizão é um processo natural para a formação de um governo e para a designação do Primeiro Ministro, os países latino-americanos são sistemas predominantemente presidencialistas<sup>16</sup>, nos quais raras vezes um partido conquistou a maioria qualificada (necessária para a aprovação das leis) no Congresso. Assim, a coalizão tornou-se uma saída recorrente para a manutenção da governabilidade e para a implementação da agenda governamental.

De acordo com Abranches (1988), o processo de coalizão dos sistemas presidencialistas acontece em pelo menos três momentos distintos: (1) na formação da aliança pré-eleitoral, quando partidos negociam agendas programáticas mínimas (usualmente amplas e pouco específicas); (2) no momento imediato às eleições, quando da constituição do gabinete, quando se define a distribuição inicial de ministérios e demais cargos de livre provimento; e (3) na transformação desta aliança em coalizão efetivamente governante, momento este que se estende ao longo do mandato presidencial.

Porém, tal coalizão presidencialista não é estável. Ela tem que ser constantemente renegociada, partidos entram e saem da coalizão<sup>17</sup>. Como colocam Figueiredo e Limongi (1999):

---

<sup>15</sup> Veja Abranches (1989)

<sup>16</sup> Ver tabela A.1 do apêndice 1.

<sup>17</sup> Recentemente, em apenas três meses o Brasil viveu dois momentos marcantes em sua coalizão presidencialista: em dezembro de 2004, o PMDB, o maior partido do país, decidiu em convenção partidária pela sua saída da coalizão governista (seguido de outro partido, o PPS); em fevereiro de 2005, pela primeira vez o partido do governo não

“Ao tomar posse, o presidente forma seu governo à maneira de um primeiro-ministro, isto é, distribui ministérios – pastas – para partidos dispostos a apoiá-lo, assegurando assim a formação de uma maioria parlamentar. Formado o governo, portanto, benefícios políticos de toda sorte – influência sobre política, cargos, nomeações de parentes, sinecuras, prestígio etc. – são distribuídos aos membros da coalizão partidária que participa do governo. Em troca, o Executivo espera os votos de que necessita no Parlamento, ameaçando e, se necessário, punindo com a perda dos benefícios recebidos aqueles que não apoiarem a coalizão.” (p.33)

No entendimento desse trabalho, se essas diferenças existem, elas são possíveis de se capturar por meio da dimensão do poder da coalizão visto em Ricciuti (2004). Como não temos o número de ministros gastadores (NSM) em países latino-americanos para mensurar os impactos do tamanho do governo sobre o resultado fiscal, testaremos apenas o tipo de fragmentação existente:<sup>18</sup> a fragmentação que dá suporte ao governo (FRACG) e a fragmentação da oposição (FRACOPP).<sup>19</sup> Elas são medidas de fracionalização – definem a probabilidade de que, entre dois parlamentares escolhidos aleatoriamente, um deles pertença à coalizão do governo ou de oposição. Espera-se resultados mais significativos do tipo de coalizão em países latino-americanos do que aqueles encontrados em países da OCDE,<sup>20</sup> embora a influência das variáveis deva ser a mesma. Espera-se também que uma maior coalizão leve a maiores gastos e déficits dado que os custos tributários da decisão são menores que os benefícios individuais de quem toma a decisão e uma oposição mais dividida (FRACOPP) facilite que o governo passe os projetos desejados ou os barganhe com mais facilidade. Padovano e Venturi (2001) observaram que uma maior divisão da oposição, representando interesses divergentes, faz com que os partidos de oposição fiquem engajados num processo de barganha com a coalizão que suporta o governo.

Como a coalizão é vista por outras facetas, incluiremos nos testes outras variáveis: o percentual de cadeiras que o governo possui do total de cadeiras existentes (MAJ), o controle por

---

conseguiu eleger seu candidato à presidência da Câmara, perdendo para um candidato que, apesar de vinculado a um partido da coalizão governista (PP), representa um grupo de interesse específico da casa: o “baixo clero”.

<sup>18</sup> Não há uma classificação feita no texto de Roubini and Sachs (1989) e não possuímos um banco de dados que nos permita construí-la.

<sup>19</sup> Infelizmente o cálculo que temos da fragmentação só mudará a cada eleição. Não poderemos capturar a instabilidade da coalizão presidencial.

<sup>20</sup> Em Ricciuti (2004) quase nunca estas variáveis foram significantes.

um partido de oposição da maioria absoluta na câmara baixa (OPPMJH),<sup>21</sup> o controle do partido do chefe do Executivo em ambas as casas (ALLHOUSE) e a possibilidade de partidos não serem representativos de uma plataforma, mas de uma única questão (COALSPEC).<sup>22</sup>

Espera-se que, quanto maior for o número de cadeiras que a coalizão do governo possuir do total de cadeiras existentes (MAJ), maior será o controle fiscal porque é mais fácil ao governo consolidar programas depois de choques negativos ou restrições para aumentar gastos. Amorim Neto & Borsani (2004) também testaram o efeito do percentual de cadeiras que o partido do presidente possui na câmara baixa ou em somente uma casa (no caso de sistema unicameral) sobre resultados fiscais em dez países latino-americanos de regimes democráticos. Nesta variável, ao nível de 1% de significância, observou-se que, quanto maior esta percentagem, maiores os gastos, mas também maior é o resultado primário (superávit). Segundo esses autores, quanto maior for a participação do partido do presidente, maior a possibilidade dele incrementar os impostos necessários.

Quando um partido de oposição controla por maioria absoluta a câmara baixa (OPPMJH), há de se esperar maiores dificuldades para o governo na realização de seus gastos e, portanto, de déficits. Da mesma forma que, se o controle do partido do chefe do Executivo ocorrer em ambas as casas (ALLHOUSE), espera-se o contrário: haveria maior facilidade da coalizão que dá suporte ao governo em realizar seus gastos.

Lijphart (1992), Shugart (1997) e Mainwaring e Shugart (1997) organizam os principais argumentos do pensamento *mainstream* da ciência política, segundo os quais o conjunto de regras político-institucionais (incluindo não somente regras do sistema eleitoral e partidário) do presidencialismo latino-americano levaria os governos da região a uma situação de paralisia

---

<sup>21</sup> Não se testará o controle de um partido de oposição no Senado porque na nossa amostra não se encontrou esta situação.

<sup>22</sup> Um partido defendendo interesses rurais, por exemplo.

decisória (*immobilism*) ou até mesmo de ingovernabilidade, se comparado com o sistema parlamentarista, predominante nos países da OCDE analisados por Ricciuti (2004).

Mainwaring e Shugart (1997) argumentam que, mais do que a diferença entre parlamentarismo e presidencialismo, as diferenças entre os sistemas presidencialistas existentes explicam grande parte da diferença do “desempenho” de suas democracias.<sup>23</sup> Por exemplo, as regras partidárias podem levar um país a ter partidos fracos (cujas lideranças partidárias dispõem de poucas ferramentas para premiar fidelidade e punir traição, como um sistema de lista fechada); com baixa representatividade nacional (com partidos organizados em bases estaduais, regionais ou locais); e com pouca coerência ideológica (fracas barreiras às trocas de legenda, à criação de novos partidos ou ao acesso a fundos partidários públicos).

Além disso, as regras eleitorais (número de deputados eleitos por distrito, possibilidade de coligação para eleições proporcionais etc.) também geram distorções no sistema de representação democrática latino-americano. Dessa forma, diante do desejo dos legisladores de carreira (*rank-and-file legislators*) em basear sua carreira em reputação pessoal, conseqüentemente enfraquecendo seu partido (já que este não terá como obrigá-lo a seguir a linha partidária), os políticos tenderão a conceder poderes pró-ativos ao Presidente, como o de governar por meio de decretos. Shugart (1997) argumenta que:

“[...] in many Latin American countries, presidents’ nationwide constituencies make them more representative of ‘progressive’ forces, while congress, especially if malapportioned, is more representative of clientelistic rural areas”. (p.63)

Entende-se que é possível capturar essas diferenças institucionais por meio da dimensão do poder entre instituições visto em Ricciuti (2004). As variáveis MDMH e MDMS são representativas deste efeito das regras do sistema eleitoral sobre o sistema partidário ou, ainda, sobre o tamanho e

---

<sup>23</sup> Ou seja, que diferenças nas regras eleitorais, partidárias etc. entre dois países presidencialistas, como a Argentina e os Estados Unidos, podem ser mais relevantes do que o tipo do sistema de governo existente nestes países.

controle da fragmentação política após as eleições. Como vimos anteriormente, Ricciuti construiu as variáveis MDMH e MDMS de forma a dar conta de representar tanto o sistema majoritário (quando seriam iguais a 1, isto é, apenas um representante eleito por distrito) quanto o sistema proporcional (variando de acordo com a composição expressa no sistema existente). Taagepera e Shugart<sup>24</sup> (1989 apud Nicolau, 1996), citando a Hipótese de Duverger, afirmam que “as regras de representação proporcional tendem a não reduzir o número de partidos, caso o número de clivagens políticas favoreça a existência de muitos partidos (*issues*)”. Ou seja: um sistema predominantemente multipartidário e com muitos “*issues*” em jogo, cenário para o qual a diversidade e a heterogeneidade (social, econômica e cultural) latino-americanas apontam, tenderia a eleger representantes pertencentes a um número maior de partidos, incluindo os chamados partidos “nanicos” e a partidos de um só “*issue*” (ou a representantes respondendo a interesses específicos de um determinado grupo de eleitores), dando forte margem a fisiologismos no momento da construção da coalizão. Controlar-se-á esse efeito pela regra existente de mínimo de votação para se possuir um representante no Congresso (THRESH).<sup>25</sup> Espera-se que a regra mínima como variável de controle reduza os gastos e aumente o superávit fiscal.<sup>26</sup>

O presidencialismo multipartidário característico dos países latino-americanos, no entanto, deve ser visto dentro de um contexto histórico e socioeconômico, entre outros fatores. Shugart (1997) analisa o perfil dos países parlamentaristas e presidencialistas e encontra grande similaridade geográfica entre os países com um mesmo sistema de governo. Conforme argumenta Shugart (1997):

---

<sup>24</sup> Taagepera, Rein; Shugart, Matthew S. (1989). *Seats and Votes: the Effects and Determinants of Electoral Systems*. New Haven: Yale University Press.

<sup>25</sup> A escolha dos candidatos dos partidos com listas abertas ou fechadas, ou a existência de um distrito eleitoral territorialmente definido foram variáveis colineares com outras variáveis independentes. Isto inviabilizou um maior número de variáveis de controle.

<sup>26</sup> Esta variável só foi significativa ao nível de 10% para reduzir os gastos em Ricciuti (2004).

"[...] geography is a proxy for other historical factors – namely, the legacy of historic liberalization of monarchies in Europe (especially in the West) and of revolutionary breaks with colonial or authoritarian pasts elsewhere (e.g., Latin America and some African countries)" (p.40).

Testar-se-á também o papel dos *veto players* no resultado fiscal (CHECKS). A idéia é verificar se o número de agentes com capacidade de veto no sistema político tem influência nos resultados fiscais. Num sistema bastante personalista e pouco partidário como dos países latino-americanos, espera-se que esses *veto players* tenham mais força na determinação do resultado fiscal. Ricciuti (2004) introduziu esta variável e ela em nenhum momento foi significativa sobre o resultado fiscal ao nível de 10%.

#### 4. Especificação do modelo para testar a fragmentação do poder

Tentamos reproduzir integralmente os testes encontrados em Ricciuti (2004) nas duas dimensões de fragmentação. Realizamos nossas estimativas com a técnica de *panel correcting for unbalanced data set*. Os dados das variáveis econômicas (gastos, superávit fiscal e taxa de crescimento do produto) foram extraídos da base de dados do World Development Indicators (2004). Os dados das variáveis políticas foram extraídos do banco de dados de Beck, Clark, Groff, Keefer e Walsh (2000, 2001).

O modelo geral que foi considerado nas nossas estimações foi o seguinte:

$$X_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 \cdot X_{i,t-1} + \beta_2 \cdot CGDP_{i,t} + \beta_3 \cdot POL_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad [1]$$

onde  $X_{i,t}$  são as variáveis econômicas (gasto público ou superávit),  $CGDP_{i,t}$  é a taxa real de crescimento do PIB,  $POL_{i,t}$  é um vetor de variáveis de coalizão e de instituições, e  $\varepsilon_{i,t}$  é o vetor de erro.

Nossa amostra consiste de 15 países latino-americanos para o período 1980-1995.<sup>27</sup> Na construção das séries relativas a gasto e superávit, consideramos apenas o governo central. Diferente de Perotti & Kontopoulos (1998), Volkerink & de Haan (2001) já haviam se mostrado contrários à utilização de dados totais das três esferas de governo (federal, estado/província e municípios) porque a política fiscal de uma esfera de governo não necessariamente segue o comportamento da outra. Tecnicamente, não é recomendável utilizar o valor defasado da variável dependente no lado direito da equação com a técnica que utilizaremos aqui. Se realmente existe a necessidade de se utilizar a variável dependente do lado direito da equação, o ideal seria mudar a técnica a ser utilizada: recomenda-se usar GMM ou IV.

Ricciuti (2004) adotou esse procedimento e entendemos o porquê: condicionar o resultado fiscal do presente a decisões tomadas no passado (este arrasto, principalmente de dívidas contraídas no passado, condicionaria a situação fiscal hoje). De qualquer forma, segundo ele mesmo argumenta, *“the bias will be comparatively higher on the coefficient of the lagged variable rather than on the other coefficients, which are more important in study”* (p.375).<sup>28</sup>

Apesar destes problemas, por questões de comparabilidade de resultados trabalharemos com painel, preservando o valor defasado da variável dependente no lado direito da equação. Mesmo assim, em paralelo, trabalharemos com a variável Domestic Financing/GDP (World Development Indicators, 2004) no lugar da variável defasada.<sup>29</sup> Esta variável poderia arrastar para o presente as decisões tomadas no passado (o estoque da dívida mostraria isto) e não teríamos o problema do viés. Ela não foi significativa na maioria dos testes porque a série de dívida para a maioria dos países não é completa. Volkerink e de Haan (2001) utilizaram a mudança no custo do serviço da dívida. Da mesma forma, testamos a inflação como variável de controle (medida pelo

---

<sup>27</sup> Os países são: Argentina, Bahamas, Brasil, Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lucia, Uruguai e Venezuela.

<sup>28</sup> Volkerink & de Haan (2001) também trabalharam com o déficit defasado do lado direito da equação.

<sup>29</sup> Existe nesta utilização uma hipótese forte de que o débito relevante do governo central é interno.

*Consumer Price Index* dos países) porque muitos dos países latino-americanos passaram por processos de elevada inflação durante o nosso período de análise. Esta variável também não se mostrou significativa.<sup>30</sup> Perotti e Kontopoulos (1999) usaram mudanças na taxa de inflação e na taxa de desemprego. Usamos a variação na taxa real de crescimento do produto para captar efeitos cíclicos sobre os gastos e para verificar a existência de *tax-smoothing* no superávit. Hallerberg e von Hagen (1999) e Volkerink e de Haan (2001) usaram esta mesma variável.

Todos os resultados foram apresentados com o modelo *Fixed Effects* (FE) – *Least Squares Dummy Variable* (LSDV).<sup>31</sup> Na prática, estes resultados rejeitam a hipótese de que  $E(\xi_i, X_i) = 0$ , sendo  $X_i$  uma das variáveis utilizadas. Isto faz bastante sentido porque existem diferenças históricas, culturais e outras institucionais que não fazem parte das variáveis utilizadas nos testes – conforme a argumentação de Ricciuti (2004): “*Country-dummies allow disentangling the effect of unobservable variables (historical, cultural, and country-specific characteristics)*”. A tabela A.2 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no teste.

## 5. Resultados empíricos

### 5.1. Efeitos da fragmentação (tamanho e controle) do poder sobre os resultados fiscais

Não possuímos os dados referentes ao número de ministros gastadores (NSM) para os países latino-americanos da amostra. Não testamos também o efeito quando um partido de oposição tem controle absoluto do Senado (OPPMAJS) porque não existiu nenhum caso em que isto aconteceu nos países latino-americanos da amostra.<sup>32</sup> Os resultados do tamanho e controle da fragmentação sobre os gastos do governo podem ser vistos na tabela 1 a seguir:

---

<sup>30</sup> Perotti and Kontopoulos (1998) também usaram a inflação.

<sup>31</sup> A escolha da apresentação dos resultados foi definida pelo teste de Hausman.

<sup>32</sup> Veja as estatísticas descritivas na Tabela A. do apêndice.

## **Inserir tabela 1 aqui**

A taxa de crescimento do produto (CGDP) foi significativa em 5 das 6 estimativas contra o gasto público (colunas 1 a 5). Confirmou-se o efeito anticíclico: uma redução na taxa de crescimento leva a um aumento nos gastos do governo, principalmente por sua função estabilizadora (despesas com seguro-desemprego, por exemplo). Somente em uma das estimativas o gasto defasado foi significativo (coluna 6, exatamente onde a taxa de crescimento do produto não o foi). Por esse resultado suspeita-se que, em países latino-americanos, o gasto passado parece não condicionar o gasto presente, ou seja, inexistente uma inércia nos gastos.

Passando para as variáveis representativas do tamanho e controle da coalizão, percebe-se claramente que o resultado do tipo de coalizão, tanto para o governo (FRACG) como da oposição (FRACOPP), foi muito mais significativo do que os resultados encontrados em países da OCDE. Como Ricciutti (2001) e Volkerink e de Haan (2001) obtiveram resultados piores nestas variáveis em termos de significância por estarem trabalhando as mesmas em conjunto com a variável NSM, talvez a maior significância seja explicada pela ausência dessa variável nos testes. De qualquer forma, esses resultados são condizentes com a literatura: uma maior divisão no governo levou a uma expansão dos gastos (Perotti e Kontopoulos, 1998) e uma maior divisão da oposição, similar a uma maior divergência de interesses, faz com que os partidos de oposição fiquem engajados num processo de barganha com a coalizão que suporta o governo pela dificuldade de coordenarem uma proposta de oposição. Isso ocorreu na Itália pela descrição de Padovano e Venturi (2001). A oposição consegue fazer valer seus interesses em termos de gastos com esse processo de barganha. Esses resultados não foram alcançados por Ricciutti (2004) para países da OCDE.

No mesmo sentido, o número de cadeiras controladas pela coalizão do governo sobre o total de cadeiras existentes (MAJ) apresentou um sinal diferente daquele esperado pela literatura: apesar

de não encontrar significância nesta variável, Ricciuti (2004) argumentou que uma maioria seria mais capaz de resistir aos interesses dos grupos de pressão. Não foi isto que encontramos na amostra de países latino-americanos: a maioria das cadeiras controlada pelo governo levou a uma expansão dos gastos.

Interesses específicos de partidos ou coalizões (COALSPEC) também levaram os gastos do governo a aumentar. Este resultado não foi encontrado para países da OCDE.

De qualquer forma, é preciso observar o efeito dessas mesmas variáveis sobre o resultado fiscal como um todo. O resultado destas variáveis sobre o superávit do governo pode ser visto na tabela 2 a seguir:

### **Inserir tabela 2 aqui**

A taxa de crescimento do produto (CGDP) não foi significativa uma única vez nos testes realizados. Esperava-se que fosse positivo e significativo o sinal dessa variável para fazer valer a consistência intertemporal. O superávit defasado ( $SUR_{-1}$ ) o foi em quatro das seis estimativas (colunas 1 a 4), sempre quando a variável FRACG estava nos testes. Analisando os resultados obtidos para os países latino-americanos, novamente observa-se que a significância das variáveis representativas da fragmentação, tanto a coalizão pertencente ao governo (FRACG) quanto da oposição (FRACOPP), foi muito maior do que a alcançada por Ricciuti (2004) para países da OCDE. Apesar de, em todos os testes, FRACG sempre ser significativa, somente em duas das estimativas em que as variáveis FRACG e FRACOPP apareceram juntas FRACOPP foi significativa. Os sinais encontrados foram correspondentes àqueles encontrados nos gastos. Como nos gastos a divisão do poder levou a uma expansão, essa mesma divisão, aqui, levou a uma redução do superávit.

Pelos resultados encontrados, realmente a importância da coalizão, como proposto por Abranches (1988), faz todo o sentido, e tem repercussões em termos de resultado fiscal.

Entre todas as outras variáveis testadas que representavam outras facetas da coalizão, apenas a variável OPPMAJH foi significativa. Seu resultado não foi o esperado. O controle de um partido de oposição na Câmara deveria levar a um aumento no superávit, mas levou a uma redução. Matérias polêmicas ou respostas a choques externos deveriam impor dificuldades ao governo nessa situação em termos de negociação. Nos países da OCDE, esse efeito ocorreu no Senado e, da mesma forma, não era esperado.

## **5.2. Efeitos da fragmentação institucional sobre os resultados fiscais**

Três variáveis não serão incluídas nos testes a serem realizados sobre o papel das instituições sobre o resultado fiscal porque existia uma dependência linear entre elas. É uma pena, porque esta exclusão reduz sensivelmente nossa capacidade analítica de comparação dos países latino-americanos com os países da OCDE. São elas: o sistema de governo (SYSTEM), a existência de listas abertas ou fechadas na escolha de candidatos pelos partidos (CL) e a existência de um distrito eleitoral territorialmente definido (STCONST). Os resultados alcançados, tanto em relação aos gastos do governo quanto ao superávit são apresentados na tabela 3 a seguir:

### **Insira tabela 3 aqui**

Dessa vez, o gasto defasado foi significativo e a taxa de crescimento do produto não o foi em termos de gasto (veja as colunas 1 a 3).

Em relação aos resultados das variáveis representativas das instituições políticas, o encontrado por esse trabalho se contrapõe frontalmente ao que se observou nos países da OCDE: o sinal das variáveis MDMH e MDMS, representativas da estrutura eleitoral montada para eleger representantes tanto para a Câmara como para o Senado, respectivamente, foram opostos. A variável MDMH influenciou negativamente o gasto em todas as estimativas em que ela apareceu. A

variável MDMS influenciou positivamente o gasto. Esperava-se ambos sinais positivos, porque estruturas eleitorais montadas para eleger um maior número de representantes deveria levar a maiores gastos independente de se estar observando a Câmara ou o Senado.

Os testes relativos aos efeitos dessas variáveis sobre o superávit estão nas colunas 4 a 6. O superávit defasado foi significativo e a taxa de crescimento do produto continuou a não ser.

Dessa vez, apenas a variável MDMH foi significativa. Interpreta-se o sinal positivo como um aumento do superávit do governo, quanto maior for o número de deputados eleitos por meio da estrutura eleitoral montada. É extremamente contra-intuitivo esse resultado, mas coerente com o sinal obtido nos gastos. Quanto maior o número de deputados eleitos (câmara baixa) pela estrutura eleitoral montada nos países latino-americanos, menores serão os gastos e maiores serão os superávits. O resultado institucional parece não afetar o resultado fiscal, principalmente na câmara baixa – apesar de destacado por Mainwaring e Shugart (1997) que as regras partidárias na América Latina levariam esses países a terem partidos mais fracos (cujas lideranças partidárias dispõem de poucas ferramentas para premiar fidelidade e punir traição); com baixa representatividade nacional (com partidos organizados em bases estaduais, regionais ou locais); com pouca coerência ideológica (fracas barreiras às trocas de legenda, à criação de novos partidos ou ao acesso a fundos partidários públicos) e regras eleitorais (sistema majoritário ou proporcional, possibilidade de coligação para eleições proporcionais etc.) gerarem distorções de representação política.

No caso das variáveis MDMH e MDMS, por exemplo, Ricciuti (2004) levanta a hipótese, com base nas regras do sistema norte-americano, de que as atribuições regimentais exclusivas de cada

casa (leis referentes à tributação são de origem exclusiva da Câmara, enquanto que as orçamentárias, do Senado) poderiam explicar este aparente paradoxo.<sup>33</sup>

A presença de uma regra que estabelece um número mínimo de votos para se obter uma cadeira no Congresso (THRESH) não foi significativa nas estimativas sobre gastos, mas o foi testando-se para superávit. O efeito encontrado de MDMH sobre o superávit foi reduzido à medida que se estabeleceram regras mínimas de ingresso no Congresso. Novamente um resultado não intuitivo, porque regras reduzem o número de eleitos no Congresso e, portanto, dever-se-ia obter mais superávit. A regra mínima nos países da OCDE (THRESH) apenas reduziu o gasto, não sendo significativa para explicar o superávit.

## **6. Conclusões**

Quando se observam os resultados encontrados em Ricciuti (2004) para países da OCDE e os resultados encontrados aqui para 15 países latino-americanos percebe-se que: (1) fatores ligados à relação da coalizão de governo e de oposição foram mais significativos na determinação do gasto e do resultado fiscal; e (2) as instituições políticas foram significativas na determinação do mesmo gasto e resultado fiscal. A estrutura eleitoral que determina o número de eleitos na câmara baixa reduz o gasto e aumenta o superávit. Apesar de contra-intuitivo, esse resultado é o oposto àquele encontrado nos países da OCDE, porque lá, se o sistema eleitoral montado leva à eleição um número maior de deputados para a Câmara, maiores serão os gastos e menores serão os superávits. O resultado contra-intuitivo encontrado nos países latino-americanos para a câmara baixa é o mesmo encontrado para o Senado nos países da OCDE.

---

<sup>33</sup> O trabalho organizado por Santos (2001) mostra o quanto é fundamental nos estados subnacionais brasileiros o regimento de cada Assembléia Legislativa. Figueiredo e Limongi (1999) apontam para a limitação da literatura corrente ao negligenciar, entre outras variáveis, os direitos legislativos assegurados regimentalmente aos líderes partidários.

Com relação às variáveis relativas à coalizão e fragmentação política (tamanho e controle da fragmentação), sua maior significância em comparação aos países da OCDE explicita os custos envolvidos para criar e manter “coalizões presidencialistas”, embora não se consiga capturar na essência o tipo de coalizão destacada por Abranches (1988) e Figueiredo e Limongi (1999): a coalizão nos países latino-americanos não é formada apenas no momento imediatamente pós-eleitoral, como no momento da escolha do Primeiro Ministro nos países parlamentaristas, mas perpassa todo o mandato eleitoral.

O número de cadeiras controladas pela coalizão do governo sobre o total de cadeiras existentes não confirmou o esperado pela literatura: a maioria das cadeiras controlada pelo governo levou a uma expansão dos gastos, e não sua diminuição. Este foi um resultado no mínimo curioso, pois uma maioria seria mais capaz de resistir aos interesses de grupos de pressão. Neste mesmo sentido, a existência de interesses específicos de partidos da coalizão também levou a maiores gastos, como era esperado pela literatura.

A taxa de crescimento do produto confirmou um efeito anticíclico dos gastos dos governos latino-americanos: uma redução na taxa de crescimento levou a um aumento nos gastos do governo. Isto pode ser explicado principalmente pela função estabilizadora de tais gastos – despesas com seguro-desemprego, por exemplo.

Embora Mainwaring e Shugart (1997) apontem para possíveis efeitos perversos das regras partidárias (a questão da representatividade política, por exemplo), isso não leva a resultados significativos diferentes daqueles encontrados em países da OCDE. Cabe apontar, ainda, para as limitações da análise até aqui feita. Faz-se importante a análise pormenorizada da relação de algumas dessas variáveis na determinação dos resultados fiscais, para se ampliar o entendimento sobre esses fenômenos. Fatores procedimentais, de regras regimentais etc. podem estar afetando tais resultados para além do que a teoria aqui analisada consegue explicar. No caso do número

médio de representantes eleitos para a Câmara e para o Senado em um distrito, por exemplo, Ricciuti (2004) levanta a hipótese, com base nas regras do sistema norte-americano, de que as atribuições regimentais exclusivas de cada casa (leis referentes à tributação são de origem exclusiva da Câmara, enquanto as orçamentárias, do Senado) podem explicar este aparente paradoxo. Análises qualitativas neste tema, portanto, podem ter uma importante contribuição para enriquecer os resultados empíricos encontrados até o momento.

## **Referências bibliográficas**

- Abranches, S. (1988). Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.31, n.1, pp.5-34.
- Alesina, A.; Hausmann, R.; Hommes, R.; Stein, E. (1999). Budget Institutions and Fiscal Performance in Latin America countries. Inter-American Development Bank. Working Paper Series, 394.
- Amorim Neto, O. (1998). Of Presidents, Parties, and Ministers: Cabinet Formation and Legislative Decision-Making Under Separation of Powers. Ph. D. dissertation. University of California, San Diego.
- Amorim Neto, O.; Borsani, H. (2004). Presidents and Cabinets: The political Determinants of Fiscal Behavior in Latin America. Studies in Comparative International Development, Spring, vol.39,no 1, pp 3-27.
- Beck, T.; Clark, G.; Groff, A.; Keefer, P.; Walsh, P. (2000). New tools and tests in comparative political economy: the database of political institutions. World Bank Working Papers Series n.2283.
- Beck, T.; Clark, G.; Groff, A.; Keefer, P.; Walsh, P. (2001). New tools and tests in comparative political economy: the database of political institutions. World Bank Economic Review 15:165-176.
- Figueiredo, A.; Limongi, F. (1999). Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Greene; W. H. (2000). Econometric Analysis. Prentice Hall. Fourth Edition.
- Hallerberg, M. e von Hagen, J. (1999). Electoral institutions, cabinet negotiations, and budget deficits in the European Union. Poterba, J. e von Hagen, J. (eds). Fiscal institutions and fiscal performance, 209-232. Chicago Il. Chicago University.
- Lijphart, A. (1992). Parliamentary versus Presidential Government. Oxford University Press.

Mainwaring, S.; Shugart, M. (1997). *Presidentialism and Democracy in Latin America*. Cambridge University Press.

Nicolau, J.M. (1996). *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas.

Perotti, R.; Kontopoulos, Y. (1998). *Fragmented Fiscal Policy*. Version from Roberto Perotti home page. Last version January 1998.

Ricciuti, R. (2004). Political fragmentation and fiscal outcomes. *Public Choice* 118: 365-388.

Santos, F. (org.) (2001). *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas.

Santos, W.G. dos (2002). *Votos e Partidos – Almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, FAPERJ.

Shugart, M. (1997). Politicians, parties and presidents: an exploration of post-authoritarian institutional design. In Crawford, B.; Liphart, A. (Eds.). *Liberalization and Leninist legacies: comparative perspectives on democratic transitions*. University of California Press/University of California International and Area Studies Digital Collection, v.96, pp. 40-90.

Volkerink, B.; de Haan, J. (2001). Fragmented government effects on fiscal policy: new evidence. *Public Choice* 109:221-242.

World Bank (2004). *World Development Indicators 2004 (CD-ROM)*. Washington, D.C.

## Apêndice 1

Tabela A.1: Sistemas de governo nos países da OCDE e da América Latina & Caribe

Sistema de governo	Presidencialismo	Parlamentarismo	Presidente forte eleito pelo Congresso
	Conjunto de Países		
América Latina & Caribe†	86,7%	13,3%	-
América Latina & Caribe‡	65,5%	27,6%	6,9%
OCDE	13,3%	86,7%	-

Fonte: Database of Political Institutions, Banco Mundial, 2000.

† Amostra de 15 países utilizada neste trabalho (ver nota 27).

‡ Além daqueles, todos os demais países da América Latina & Caribe constantes do DPI2000, quais sejam: na América do Sul, Bolívia, Guiana, Suriname; na América Central, Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Honduras; e no Caribe: Barbados, Cuba, Granada, Haiti, Jamaica e Trinidad & Tobago. O único caso de “presidente forte eleito pelo Congresso” deve-se a Cuba.

Tabela A.2: Estatística descritiva

Name	Description	Mean	Standard Deviation	Minimum	Maximum
<b>SUR</b>	Government surplus (% of GDP)	-0,0010379	0,0011973	-0,00543	0,0012388
<b>GEXP</b>	Primary government expenditure (% of GDP)	0,2088208	0,1030848	0	0,7201583
<b>CGDP</b>	Percent change in GDP	0,0275432	0,0543878	-0,1337984	0,235449
<b>ALLHOUSE</b>	Government controls all houses	0,5874439	0,4934017	0	1
<b>CHECKS</b>	Checks and balance	3,06383	1,496495	1	7
<b>CL</b>	Closed lists	0,8333333	0,3738336	0	1
<b>COALSPEC</b>	Special interests party(ies) in gov't coalition	0,0166667	0,1282866	0	1
<b>FRACG</b>	Government fractionalization	0,1957264	0,285219	0	0,9462029
<b>FRACOPP</b>	Opposition fractionalization	0,4288981	0,2783595	0	1
<b>MAJ</b>	Margin of majority	0,6384162	0,174838	0,2253521	1
<b>MDMH</b>	Mean district magnitude House	8,413433	13,61727	1	80
<b>MDMS</b>	Mean district magnitude Senate	11,42857	16,40216	1	100
<b>OPPMAJH</b>	Opposition controls House	0,0045662	0,0675737	0	1
<b>OPPMAJS</b>	Opposition controls Senate	0	0	0	0
<b>STCONST</b>	Local constituency of the Senate	0,6508876	0,4781062	0	1
<b>SYSTEM</b>	Presidential or parliamentary system	0,8458333	0,3618631	0	1
<b>THRESH</b>	Threshold	0,0127673	0,0197744	0	0,05

**Observations:** In some cases, the variable **THRESH** is not percentage but a specific number of deputies. On Ecuador each party need to do two deputies on minimum to have representation on the Congress. Inside this case we do not consider the results. The variable **OPPMAJH** was ever zero to all countries inside the sample. In the other terms, any countries Latin-American the opposition had control of the Senate.

**Tabela 1: Efeitos das variáveis de coalizão no gasto público**

	1	2	3	4	5	6
C	0,0879917** (0,0345967)	0,0844291** (0,0360773)	0,1044907*** (0,0320586)	0,1030904*** (0,0308206)	0,0862878*** (0,0285370)	0,0365236 (0,0281289)
GEXP-1	0,2325055 (0,1664053)	0,0908587 (0,1942443)	0,0867397 (0,1943562)	0,0872440 (0,1943296)	0,1830261 (0,1740568)	0,3623308** (0,1578625)
CGDP	-0,0853241* (0,0452845)	-0,0878238** (0,0407676)	-0,0892639** (0,0405778)	-0,0879051** (0,0419551)	-0,1071836** (0,0448354)	-0,0504755 (0,0507443)
FRACG	0,0607369 (0,0416618)	0,0586398** (0,0286892)	0,0775220*** (0,0238389)	0,0769847*** (0,0234595)		
FRACOPP		0,0486647*** (0,0170785)	0,0491314*** (0,0169416)	0,0493494*** (0,0170575)	0,0533656*** (0,0175107)	
MAJ	0,0105507 (0,0240353)	0,0330271 (0,0240649)				0,0503896** (0,0243530)
OPPMJH			0,0086320 (0,0264444)			
ALLHOUSE				0,0008049 (0,0065673)		0,0038019 (0,0100006)
COALSPEC					0,0176096** (0,0089271)	0,0059038 (0,0113207)
Adj-R <sup>2</sup>	0,8409	0,8262	0,8254	0,8251	0,8144	0,8199
N	203	190	190	189	191	205
Hausman	79,09(4)	111,59(5)	81,83(5)	133,69(5)	110,41(4)	91,99(5)
	FE	FE	FE	FE	FE	FE

**Notes:** \*, \*\*, \*\*\* denote significance at the 10%, 5% and 1% level. FE (Fixed Effects); RE (Random Effects). Figures in parentheses are heteroscedasticity consistent standard errors.

**Tabela 2: Efeitos das variáveis de coalizão no superávit**

	1	2	3	4	5	6
C	0,0001747 (0,0002783)	0,0000781 (0,0003352)	0,0000300 (0,0001718)	0,0001078 (0,0002655)	0,0001725 (0,0001756)	0,0009078 (0,0003058)
SUR-1	0,4439040*** (0,0970060)	0,3438655*** (0,1169050)	0,3388230*** (0,1162606)	0,3426475*** (0,1175031)	0,4114793 (0,1080251)	0,4873155 (0,0969374)
CGDP	0,0009612 (0,0008971)	0,0012445 (0,0008887)	0,0013379 (0,0008797)	0,0012160 (0,0009137)	0,0015613 (0,0009194)	0,0005408 (0,0009492)
FRACG	-0,0009111** (0,0004429)	-0,0010888** (0,0004233)	-0,0011344*** (0,0002658)	-0,0010924*** (0,0002658)		
FRACOPP		-0,0003485* (0,0002080)	-0,0003397 (0,0002075)	-0,0003533* (0,0002102)	-0,0003948 (0,0002124)	
MAJ	-0,0002563 (0,0003550)	-0,0000257 (0,0004805)				-0,0010024 (0,0003237)
OPPMJH			-0,0014729*** (0,0003977)			
ALLHOUSE				-0,0000324 (0,0001430)		-0,0001497 (0,0001493)
COALSPEC					0,0005719 (0,0003591)	0,0007520 (0,0003078)
Adj-R <sup>2</sup>	0,8222	0,8131	0,8199	0,8129	0,8049	0,8114
N	203	190	190	189	191	205
Hausman	74,81(4)	121,40(5)	83,63(5)	104,09(5)	64,13(4)	55,32(5)
	FE	FE	FE	FE	FE	FE

**Notes:** \*, \*\*, \*\*\* denote significance at the 10%, 5% and 1% level. FE (Fixed Effects); RE (Random Effects).  
Figures in parentheses are heteroscedasticity consistent standard errors.

**Tabela 3: Efeitos das variáveis institucionais**

	Government Expenditure			Fiscal Results		
	1	2	3	4	5	6
C	0,0712970** (0,0293906)	-0,3704299 (0,2334566)	-0,4106549 (0,2513959)	0.0000431 (0.0002208)	0.0023617 (0.0022417)	0.0012516 (0.0027202)
GEXP-1	0,4025383*** (0,1374154)	0,6196988*** (0,1029362)	0,6193734*** (0,1059441)			
SUR-1				0.4789501*** (0.0980514)	0.8404325*** (0.1392675)	0.7225832*** (0.1435324)
CGDP	-0,0688450 (0,0494833)	-0,0420946 (0,1031377)	-0,0309828 (0,1067600)	0.0011915 (0.0008470)	0.0008929 (0.0014585)	-0.0001077 (0.0014354)
CHECKS	-0,0020832 (0,0019430)			0.0000242 (0.0000272)		
MDMH		-0,0046469*** (0,0011653)	-0,0058040*** (0,0017549)		0.0000553** (0.0000269)	0.0000938*** (0.0000285)
MDMS		0,0048860** (0,0023074)	0,0053322** (0,0024908)		-0.0000262 (0.0000226)	-0.0000163 (0.0000277)
THRESH			1,0709470 (1,0913160)			-0.0510925*** (0.0161289)
Adj-R <sup>2</sup>	0,8199	0,9118	0,9207	0,7864	0,8309	0,8311
N	220	58	52	220	58	52
Hausman	102,87(3)	18,49(4)	11,62(5)	102,87(3)	18,49(4)	11,62(5)
	FE	FE	FE	FE	FE	FE

**Notes:** \*, \*\*, \*\*\* denote significance at the 10%, 5% and 1% level. FE (Fixed Effects); RE (Random Effects).  
Figures in parentheses are heteroscedasticity consistent standard errors.